

Ventos de Santo Urbano I Energias Renováveis S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Ventos de Santo Urbano I Energias Renováveis S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Conteúdo

- Balanços patrimoniais
- Demonstrações dos resultados
- Demonstrações dos resultados abrangentes
- Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
- Demonstrações dos fluxos de caixa
- Notas explicativas às demonstrações financeiras

VENTOS DE SANTO URBANO I ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.

CNPJ: 41.483.847/0001-51

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em Reais

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.121.552,93	1.486,36	Fornecedores	8	436.726,74	-
Contas a receber de partes relacionadas	5	488.447,60	-	Contas a pagar com partes relacionadas	9	2.259.901,72	761,84
Tributos a recuperar		32.242,77	-	Obrigações fiscais e previdenciárias		138.670,27	-
Despesas antecipadas	6	90.452,99	6.346,80	Passivo circulante		2.835.298,73	761,84
Ativo circulante		18.732.696,29	7.833,16				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Retenções contratuais a pagar	9	321.265,68	-
Despesas antecipadas	6	376.143,86	49.981,25	Passivo não circulante		321.265,68	-
		376.143,86	49.981,25				
				Patrimônio líquido			
Imobilizado	7	39.702.060,50	24.639,00	Capital social	10	29.518.274,00	577.172,00
				Capital social a integralizar		(455.033,00)	(459.533,00)
				Adiantamento para futuro aumento de capital		26.700.000,00	-
				Prejuízos acumulados		(108.904,76)	(35.947,43)
Ativo não circulante		40.078.204,36	74.620,25	Patrimônio líquido		55.654.336,24	81.691,57
Total do ativo		58.810.900,65	82.453,41	Total do passivo e patrimônio líquido		58.810.900,65	82.453,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Julio Mituo Shinzato
Contador
CRC:1SP095.421/O-1

Alejandro Norberto Catalano Dupuy
Representante Legal
CPF: 717.409.341-80

VENTOS DE SANTO URBANO I ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.

CNPJ: 41.483.847/0001-51

Demonstração do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**Em Reais**

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
(Despesas) e receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(89.312,08)	(19.052,38)
Depreciações e amortizações		-	-
		<u>(89.312,08)</u>	<u>(19.052,38)</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro		(89.312,08)	(19.052,38)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	12	21.764,85	-
Despesas financeiras	12	(2.105,09)	(16.895,05)
		<u>19.659,76</u>	<u>(16.895,05)</u>
Prejuízo antes dos impostos		(69.652,32)	(35.947,43)
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	(3.305,01)	-
		<u>(3.305,01)</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(72.957,33)</u></u>	<u><u>(35.947,43)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Julio Mituo Shinzato
Contador
CRC:1SP095.421/O-1

Alejandro Norberto Catalano Dupuy
Representante Legal
CPF: 717.409.341-80

VENTOS DE SANTO URBANO I ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.**CNPJ: 41.483.847/0001-51****Demonstração do Resultado Abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****Em Reais**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(72.957,33)	(35.947,43)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(72.957,33)</u>	<u>(35.947,43)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Julio Mituo Shinzato
Contador
CRC:1SP095.421/O-1

Alejandro Norberto Catalano Dupuy
Representante Legal
CPF: 717.409.341-80

VENTOS DE SANTO URBANO I ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.
CNPJ: 41.483.847/0001-51
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em Reais

	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 08 de março de 2021	-	-	-	-	-
Aumento de capital	577.172,00	(577.172,00)	-	-	-
Capital integralizado	-	117.639,00	-	-	117.639,00
Prejuízo do exercício	-	-	-	(35.947,43)	(35.947,43)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	577.172,00	(459.533,00)	-	(35.947,43)	81.691,57
Aumento de capital	28.941.102,00	-	-	-	28.941.102,00
Capital integralizado	-	4.500,00	-	-	4.500,00
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	26.700.000,00	-	26.700.000,00
Prejuízo do exercício	-	-	-	(72.957,33)	(72.957,33)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	29.518.274,00	(455.033,00)	26.700.000,00	(108.904,76)	55.654.336,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Julio Mituo Shinzato
Contador
CRC:1SP095.421/O-1

Alejandro Norberto Catalano Dupuy
Representante Legal
CPF: 717.409.341-80

VENTOS DE SANTO URBANO I ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.

CNPJ: 41.483.847/0001-51

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em Reais

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(72.957,33)	(35.947,43)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Despesas de seguros	72.330,35	-
	(626,98)	(35.947,43)
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Tributos a recuperar	(32.242,77)	-
Despesas antecipadas	(482.599,15)	(56.328,05)
Contas a pagar com partes relacionadas	106.525,11	761,84
Obrigações fiscais e previdenciárias	138.670,27	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(270.273,52)	(91.513,64)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(13.814.159,91)	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	(13.814.159,91)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	32.204.500,00	93.000,00
Caixa líquido das atividades de financiamentos	32.204.500,00	93.000,00
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	18.120.066,57	1.486,36
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.486,36	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	18.121.552,93	1.486,36
Variação de caixa e equivalentes de caixa	18.120.066,57	1.486,36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Julio Mituo Shinzato
Contador
CRC:1SP095.421/O-1

Alejandro Norberto Catalano Dupuy
Representante Legal
CPF: 717.409.341-80

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Ventos de Santo Urbano I Energias Renováveis S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 08 de março de 2021, na Cidade de Maracanaú – Estado do Ceará, e os atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Ceará em 07 de abril de 2021. A Companhia tem por objeto social principal a geração, como produtor independente, de energia elétrica, a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada à comercialização na modalidade de produção independente e até a presente data não entrou em fase operacional.

A sede da Companhia foi transferida para a Cidade de São Paulo – Estado de São Paulo, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de fevereiro de 2023.

A Companhia é uma das condôminas do Condomínio das Instalações Compartilhadas das Usinas de Geração Eólica do Complexo Novo Horizonte (“Condomínio Complexo Eólico Novo Horizonte”), em fase de construção e instalação de 94 aerogeradores nos municípios de Novo Horizonte, Ibitiara e Boninal, no Estado da Bahia, liderado por Ventos de Santo Ubaldo Energias Renováveis S.A., em conjunto com as demais condôminas (i) Ventos de São Romualdo Energias Renováveis S.A.; (ii) Ventos de São Teonas Energias Renováveis S.A.; (iii) Ventos de São Thomas Energias Renováveis S.A.; (iv) Ventos de São Tilão Energias Renováveis S.A.; (v) Ventos de São Teofano Energias Renováveis S.A.; (vi) Ventos de São Vigilio Energias Renováveis S.A.; (vii) Ventos de Santa Virginia Energias Renováveis S.A.; e (viii) Ventos de São Vladimir Energias Renováveis S.A.

Os investimentos e gastos incorridos com a implantação de instalações consideradas indivisíveis, são suportados pela administradora e líder do Condomínio e as demais condôminas têm a obrigação irrevogável e irretratável de transferir os recursos necessários para o pagamento dos investimentos e gastos na proporção de seus quinhões.

2. Base de preparação e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e o reconhecimento de valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os reflexos decorrentes dessas revisões são reconhecidos prospectivamente.

A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo que possa resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos, passivos, receitas e despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada em informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação, como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto a determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo, quando aplicável.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros no momento do reconhecimento inicial e com base na finalidade para o qual foram adquiridos e de acordo com as estratégias e modelo de negócios estabelecidos por sua administração, como segue:

- **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**
Ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios da Companhia, cujo objetivo é o de mantê-los até o fim do fluxo de caixa contratual e que esses ativos contenham exclusivamente o pagamento do principal e juros sobre o saldo em aberto.
- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**
Ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios da Companhia, cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros.
- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros que não atendem às condições de (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou (ii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetivas de juros. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

- **Ativos financeiros**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa sobre um ativo financeiro em uma transação em que: (i) substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou (ii) não transfere e nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro.

- **Passivos financeiros**

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso sejam observadas evidências de deterioração de ativos não financeiros, uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil líquido exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital da indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustando por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base (i) no preço praticado em um mercado ativo, ou (ii) no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não identificou quaisquer indícios de “impairment” com relação aos seus ativos não financeiros.

2.7 Ativo imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo dos ativos construídos inclui o (i) gastos com materiais e mão-de-obra direta; (ii) quaisquer outros gastos para colocar o ativo no local; (iii) custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis, necessários para que o ativo construído possa ser operado na forma pretendida pela administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído, para fins de uso ou venda, são capitalizados como parte do custo do ativo correspondente. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em contas de resultado do período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia na captação de recursos. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são incorporados ao imobilizado durante no período de construção do ativo.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos associados aos gastos incorporados ao ativo serão auferidos pela Companhia. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção recorrente do imobilizado são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos, dentro de outras receitas ou outras despesas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear, com relação às vidas úteis estimadas, eis que esse método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios

econômicos futuros incorporados ao ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), aprovado por Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 da ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.8 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são mensuradas ao custo amortizado com base na taxa efetiva de juros.

As receitas financeiras abrangem juros auferidos em aplicações financeiras de disponibilidades em caixa. Despesas financeiras correspondem, basicamente, a tarifas bancárias.

Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado do período em que incorridos, com base na taxa efetiva da transação.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no regime do lucro presumido. O imposto de renda é calculado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável trimestral que exceder a R\$ 60, e a contribuição social calculada à alíquota de 9%.

As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para determinar o montante da obrigação tributária são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia na apuração do imposto de renda e contribuição social relativas a transações em que as normas tributárias comportam interpretações diferenciadas e estabelece provisões, quando apropriado, com base em estimativas de valores de tributos que poderiam incidir sobre essas transações.

2.10 Normas, alterações e interpretações vigentes a partir de 2023

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 31 de dezembro de 2022 e a Companhia não espera que tenham impacto significativo em suas demonstrações financeiras:

- Classificação do passivo em circulante e não circulante (alterações no IAS 1 – CPC 26);
- Divulgação de políticas contábeis materiais (alterações no IAS 1 – CPC 26 e IFRS Practice Statement 2);
- Definição de mudanças nas políticas contábeis e mudanças nas estimativas contábeis (alterações no IAS 8 – CPC 23);
- Imposto de renda diferido sobre transações, que no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis (alterações no IAS 12 – CPC 32);
- Reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros (IFRS 17 – CPC 50).

3. Gerenciamento de riscos

A administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, com o objetivo de monitorar e mitigar riscos inerentes às atividades da Companhia.

3.1 Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado, de forma a mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contratos de seguro e manutenções periódicas de ativos em operação.

3.2 Risco de crédito

O risco de crédito decorrente de transações com instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a sua política de crédito. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Executiva, observando-se os limites de créditos e políticas de crédito, com a finalidade de minimizar a concentração de riscos e mitigar perdas eventuais decorrentes de dificuldades financeiras de uma contraparte.

3.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia tem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é o de garantir linhas de crédito com instituições financeiras ou acionistas ou níveis adequados de caixa e equivalentes de caixa (colchão de liquidez), suficientes para cumprir com suas obrigações de curto prazo, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com reflexos em seu risco reputacional.

3.4 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco decorrente de alterações nos preços de mercado de ativos e passivos financeiros, tais como taxas de câmbio, taxas de juros, preço de ações etc.

A Companhia monitora e controla as exposições a riscos de mercado inerentes às suas transações, que possam resultar em descasamento de taxas de juros ou taxas de câmbio em operações ativas e passivas, e quando apropriado e julgado necessário por sua administração, utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar riscos de mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui exposições ativas ou passivas indexadas a moedas estrangeiras e não realizou transações com instrumentos financeiros derivativos.

Ventos de Santo Urbano I Energias Renováveis S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	18.121.552,93	1.486,36
Total	18.121.552,93	1.486,36

5. Créditos a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber de partes relacionadas	488.447,60	-
Total	488.447,60	-

Correspondem a créditos a receber da líder do “Condomínio Complexo Eólico Novo Horizonte”, Ventos de Santo Ubaldo Energias Renováveis S.A., em decorrência da utilização de créditos de titularidade da Companhia para o pagamento de fornecedores de bens e serviços indivisíveis.

6. Despesas antecipadas

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios de seguro a apropriar	466.596,85	54.740,31
Ativo circulante	90.452,99	56.328,05
Ativo não circulante	376.143,86	-
Total	466.596,85	56.328,05

7. Imobilizado

a. Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	31/12/2022			31/12/2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo	Custo	Depreciação acumulada	Saldo
Imobilizado em andamento		39.702.060,50	-	39.702.060,50	24.639,00	-	24.639,00
Total		39.702.060,50	-	39.702.060,50	24.639,00	-	24.639,00

b. Movimentação do imobilizado

	31/12/2021	Adições	Depreciação	31/12/2022
Imobilizado em andamento	24.639,00	39.677.421,50	-	39.702.060,50
	24.639,00	39.677.421,50	-	39.702.060,50

	08/03/2021	Adições	Depreciação	31/12/2021
Imobilizado em andamento	-	24.639,00	-	24.639,00
	-	24.639,00	-	24.639,00

8. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	436.726,74	-
Total	436.726,74	-

As obrigações com fornecedores correspondem substancialmente a gastos incorridos com a construção e implantação do Complexo Eólico Novo Horizonte.

9. Outras obrigações

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a pagar com partes relacionadas (a)	2.259.901,72	761,84
Retenções contratuais a pagar (b)	321.265,68	-
Total	2.581.167,40	761,84

- (a) Correspondem a obrigações a pagar decorrentes de retenções contratuais de fornecedores de serviços realizadas pela Companhia, depositadas pela líder do condomínio do Complexo Eólico Novo Horizonte (Ventos de Santo Ubaldo Energias Renováveis S.A.) em conta de garantia (escrow account) de sua titularidade e com seus próprios recursos.
- (b) Valores retidos no pagamento de serviços prestados pelo Consórcio Construtor Novo Horizonte pela Companhia, cuja liberação está sujeita ao cumprimento de cláusulas contratuais.

10. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social integralizado é de R\$ 29.518 e está representado por 29.518.274 ações ordinárias e nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, integralmente detidas por sua única acionista Novo Horizonte Holding II Ltda.

Aumentos de capital

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de setembro de 2022 aprovou o aumento de capital de R\$ 5.500 em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 5.500.000 novas ações ordinárias nominativas.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2022 aprovou o aumento de capital de R\$ 23.441 com a capitalização de créditos detidos pela sua anterior e única acionista Pan American Energy Energias Renováveis Ltda., mediante a emissão de 23.441.102 novas ações ordinárias nominativas.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Nos meses de novembro e dezembro de 2022, a acionista Novo Horizonte Holding II Ltda. transferiu recursos financeiros para a Companhia, no montante de R\$ 26.700, com o compromisso irrevogável e irretroatável de destiná-los para aumento do capital social.

Em 31 de janeiro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento do capital social da Companhia de R\$ 26.245, mediante a emissão de 26.244.967 novas ações ordinárias nominativas, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, e consignou a integralização do valor remanescente do capital social a integralizar de R\$ 455.

Controle acionário

Em 26 de abril de 2022, o controle acionário detido por sua única acionista Salus – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia foi transferido para Pan American Energy Energias Renováveis Ltda., em conformidade com os termos e condições do Share Purchase Agreement firmado entre as partes.

Posteriormente, a Pan American Energy Energias Renováveis Ltda. conferiu a totalidade das ações detidas na Companhia para constituição da Novo Horizonte Holding II Ltda., que passou a ser sua única acionista.

11. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com seguros	(72.330,35)	(11.371,35)
Compartilhamento de despesas	(2.782,20)	(5.555,03)
Serviços pessoas jurídica	(13.381,91)	(615,00)
Tributos e contribuições	(817,62)	(1.511,00)
Total	(89.312,08)	(19.052,38)

12. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras		
· Tarifas bancárias	(1.604,00)	(515,05)
· Juros passivos	(501,09)	-
· Garantias de fiel cumprimento	-	(16.380,00)
	(2.105,09)	(16.895,05)
Receitas financeiras		
· Rendimento de aplicações financeiras	21.764,85	-
	21.764,85	-
Resultado financeiro	19.659,76	(16.895,05)

13. Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social é apurada com base no regime do lucro presumido, como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	13.770,88	-
Base de cálculo	13.770,88	-
Despesa de imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	(3.305,01)	-

14. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como reflexos no resultado do exercício, decorrem de transações realizadas pela Companhia no curso normal de suas atividades, em condições comutativas e práticas usuais de mercado:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
· Partes relacionadas – créditos a receber (Nota 5)	488.447,60	-
Passivo		
· Partes relacionadas – outras contas a pagar (Nota 9)	2.259.901,72	761,84
Resultado		
· Compartilhamento de despesas (a)	2.782,20	5.555,03

- (a) Contrato de compartilhamento de despesas firmado pela Companhia com Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A., parte relacionada à sua anterior acionista e controladora Salus – Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

Remuneração da administração

Nos termos da deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2022, os diretores renunciam a qualquer remuneração em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelo exercício de seus cargos.

15. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com partes relacionadas e terceiros são discriminados, como segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	18.121.552,93	18.121.552,93	1.486,36	1.486,36
Partes relacionadas – créditos a receber	488.447,60	488.447,60	-	-
Fornecedores nacionais	(436.726,74)	(436.726,74)	-	-
Partes relacionadas – outras contas a pagar	(2.259.901,72)	(8.230,00)	(761,84)	(761,84)
Retenções contratuais a pagar	(321.265,68)	(10.053,00)	-	-

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados ao custo amortizado, não existindo avaliação sobre hierarquia de valor justo.

16. Contingências

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos avaliou não existir processos com perdas consideradas prováveis ou possíveis e, dessa forma, nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação é necessária.